

ESPLANADA GERAL

Não abrimos mão dos nossos direitos



Unidade dos servidores garante o fortalecimento da greve

Após uma semana de intensa mobilização, marcada, sobretudo, pelo abraço ao Ed. Sede do Banco Central, atividade que contou com a participação de mais de 600 servidores, a greve no Bacen entra fortalecida na sua quinta semana.

Em reunião com as entidades sindicais, realizada no último dia 14.10, o governo, por intermédio do diretor de administração do Bacen, apresentou uma proposta de reajuste salarial de 6% em jan/2006

mais 4% em jan/2007. Naquela oportunidade, os representantes do funcionalismo afirmaram que estava fora de questão aceitar a postergação de algum índice para 2007 e que o limite apresentado (10%) ainda estava muito aquém da proposta que havia sido apresentada pelos servidores (22,84%).

Na assembléia realizada também no dia 14.10, à tarde, as manifestações dos servidores convergiram para o seguinte entendimento: a propos-

ta do governo, apesar de insuficiente, representa um avanço, ainda que pequeno, conquistado pela greve e que somente por meio dela poder-se-á avançar ainda mais. Além disso, está claro para os servidores que se a proposta da categoria (22,84%) significa o teto da negociação, a do governo (10%) é o piso. Deixando evidente que a greve, neste momento, é o instrumento correto para viabilizar um acordo que vá ao encontro dos interesses

da categoria. Ao final da assembléia os servidores aprovaram um compromisso visando a intensificação da mobilização durante esta semana.

Nesta segunda-feira, 17.10, as entidades sindicais estarão reunidas novamente com o diretor de administração, às 10h, para discutir os demais itens da pauta que não se referem ao índice de reajuste, e na terça-feira participarão da mesa setorial de negociação que acontecerá, a princípio, às 10h.

No mês do servidor público, o Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – divulga pesquisa em que aponta as dificuldades enfrentadas pelo servidor na defesa de seus direitos.

Segundo a pesquisa, o funcionalismo público – estadual, municipal e federal – foi responsável por 61% do total das greves deflagradas em 2004. A maior parte das paralisações reivindicava avanços nas relações trabalhistas, ou seja, foram para introduzir novas demandas ou ampliar direitos assegurados na Constituição.

São dados que comprovam que o servidor público não luta apenas por aumento salarial, mas pela defesa de um serviço público de qualidade.

No entanto, apesar da pesquisa referir-se ao ano passado, a realidade continua a mesma. Nós fomos obrigados a entrar em greve este ano para cobrar o cumprimento dos 13 pontos assumidos pelo presidente Lula com os servidores; a reposição de nossas perdas salariais, consequência de planos econômicos e arrochos; e para viabilizar a implantação dos nossos Planos de Carreira. E são estas as razões que nos levarão a Esplanada dos Ministérios na quarta-feira, dia 18.10.

A Marcha a Brasília, chamada pela Condsef e que contará com a participação de servidores vindos de todas as regiões do país, servirá como um alerta ao governo. Vamos mostrar que nossa mobilização continua forte e preparada para uma nova greve, se for o caso. Está na hora do governo cumprir os acordos feitos com a categoria.

18.10

ASSEMBLÉIA GERAL

TERÇA-FEIRA

12H30 – ESPAÇO DO SERVIDOR

Marcha a Brasília – quarta-feira - 19.10

Servidores da Funasa sofrem com intoxicação

Há muitos anos, os servidores da Funasa enfrentam graves problemas de saúde ocasionados pela intoxicação com o veneno usado no combate às endemias. Nos últimos tempos, os problemas têm se tornando ainda mais graves no Distrito Federal. Recentemente, vários servidores e trabalhadores contratados apresentaram sintomas de intoxicação. Em muitas situações, a intoxicação já foi até comprovada por laudos médicos, como no caso de Ana Lúcia.

Contratada em 1999, para trabalhar no campo pela Funasa, ela começou a sentir em 2003 os primeiros sintomas do envenenamento: taquicardia, tonturas, fortes dores de cabeça e tremores. Foi então que fez o exame de colinesterase, que mede o nível da enzima colinesterase no sangue e é indispensável para



Ana Lúcia apresenta os exames que atestam mais um caso de intoxicação

quem trabalha com substâncias tóxicas. Em virtude da detecção de alto índice dessa enzima, Ana Lúcia ficou 30 dias afastada do trabalho. Mas os sintomas continuaram e, neste ano, a intoxicação foi confirmada. Hoje, além dos sintomas verificados inicialmente, ela sofre de labilidade emocional (instabilidade emocional, pois o veneno atingiu o sistema nervoso), proble-

mas de visão, pressão alta, fibromialgia (dor muscular) e falta de memória.

Neste momento, a luta de Ana Lúcia é para que o INSS considere seu caso como acidente de trabalho para que possa dar entrada na aposentadoria por invalidez. Esse é um direito mais do que justo porque ela já não reúne as mínimas condições de voltar ao trabalho pelo fato de

não poder mais, em hipótese alguma, ter contato com o veneno.

Na avaliação do Sindsep-DF, são duas as causas do problema.

A primeira, é o fato do governo passado ter realizado a descentralização da Funasa, transferindo às Secretarias de Saúde estaduais a obrigação de fazer o combate às endemias. Ocorre que elas não se encontram em condições de realizar tal tarefa pelo fato de não terem sido preparadas e criadas para isso.

A segunda, é a não disponibilização de material adequado para manuseio do veneno, tais como luvas, máscaras e sacolas. É uma constante a reclamação de servidores no sindicato quanto à ausência desses materiais na realização do seu trabalho. Tal situação configura, mais do que negligência, uma ati-

tude bárbarie para com esses trabalhadores.

Além disso, não é disponibilizado carro para transporte durante o trabalho. Os servidores têm que se deslocar à pé. Aos contratados não é fornecido nenhum treinamento para manuseio do remédio nem informação alguma quanto ao perigo que ele representa ao ser manuseado sem equipamentos de proteção.

É importante ressaltar que a Embrapa desenvolveu, recentemente, um tipo de veneno natural, o BTI, que não intoxica pelo contato direto. Mas poucos são os estados onde ele está sendo utilizado.

Para tratar do tema, está em discussão no Sindsep-DF a proposta de realizarmos um seminário que contará com a participação dos servidores de campo de todo o DF, bem como especialistas da área.

CUT declara-se contra a Super-Receita

A CUT propôs ao ministro da Previdência Social, Nelson Machado, a suspensão da MP 258, a chamada Super-Receita. O pedido foi feito pessoalmente pelo presidente da Central, João Antônio Felício, durante reunião com o ministro no dia 05.10, no intuito de alertar para os riscos da concentração de recursos da Previdência no Minis-

tério da Fazenda, a partir da fusão das arrecadações previdenciárias e da Receita Federal.

A CUT acredita que a MP pode provocar o esvaziamento do INSS e a perda de recursos financeiros para o custeio da Previdência. A Central também teme que os recursos sejam usados para aumentar o superávit primário.

AGU

Os servidores da AGU reclamam da morosidade da Justiça em dar solução para os processos que resgatam as perdas salariais, tais como os

28%, 3,17%, URP 89 e outros. Eles esperam que o Sindsep-DF continue investindo nos servidores e cobre mais agilidade da Justiça.

Expediente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Joel de Oliveira, Marta Rosângela e Carlos Henrique – Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP / Cia Propaganda – Fotos: MI Management – Projeto Gráfico e Diagramação: Ronaldo Alves RP 5103 DRT/DF – Secretária: Meicar Carvalho Campos – Tiragem: 10.000 – Impressão: Intergraf

Privatização das florestas brasileiras

A despeito dos protestos dos servidores do Ibama - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Renováveis, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do Senado Federal, emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei que regulamenta a gestão de florestas públicas e cria o Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

Agora, o PLC 062/05 segue para votação no

plenário do Senado, o que deverá acontecer ainda esta semana, já que o projeto tramita em regime de urgência e poderá trancar a pauta da Casa.

É preciso ressaltar que o polêmico projeto só foi aprovado graças ao empenho da ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, que foi pessoalmente ao Senado Federal na semana passada acompanhar a votação da CCJ.

Os pontos mais polêmicos do projeto são a

concessão de uso das florestas por até 40 anos e a criação do SFB, nova autarquia que, entre outras atribuições, será responsável pela licitação das áreas florestais.

Os servidores do Ibama acreditam que o novo órgão, desvia as atribuições do Instituto e cria um pretexto para a contratação de empresas terceirizadas. O Ibama, de acordo com o PL, será responsável pela fiscalização da gestão florestal.

9 anos sem Renato Russo

Em 11 de outubro de 1996, faleceu o cantor e compositor Renato Russo, líder da banda Legião Urbana. Ao longo desses nove anos, a irreverência e a poesia presentes nas letras das canções que embalaram as décadas de 80 e 90 continuam atuais.

Dono de um talento quase incomparável, Renato Russo provou, juntamente com Cazuza – outro ícone da nova geração, ser possível inserir poesia no Rock. E foi por meio de poesias que Renato falou de amor, corrupção, drogas, entre outros temas.

Muitas vezes, sua obra

serviu para questionar a realidade social de nosso país e fazer a sociedade refletir, como em “País e filhos” e “Que país é este?”. Espera-se que a obra de Renato Russo nunca seja esquecida e que as novas e próximas gerações carreguem dentro de si o seu legado artístico.